

O Estado de S. Paulo – 09/04/2008

Empresas temem concorrência desleal

Principal preocupação é que a Eletrobrás use seu poder econômico e político em futuros leilões

Kelly Lima e Renée Pereira

A lei sancionada ontem pelo presidente Lula, que ampliou os poderes da Eletrobrás, foi recebida com cautela pelo setor. Executivos e analistas vêem pontos positivos, mas advertem para os riscos que a medida pode trazer, já que abre uma “brecha a uma concorrência desleal”, conforme comentou um especialista do setor.

Para o diretor de novos negócios da Suez Energy, Gil Maranhão, a lei é bem-vinda desde que seja usada apenas para tornar viável projetos que são difíceis de serem assimilados pelo setor privado, seja por envolverem riscos socioambientais ou por não apresentarem clareza contratual. É o caso dos projetos binacionais para a construção de usinas hidrelétricas nas fronteiras do País com Bolívia e Uruguai.

“O ministro (de Minas e Energia, Edison Lobão) sinalizou que esta é a intenção. Mas, pessoas vêm e vão. O direcionamento político pode mudar. A lei oferece esse risco”, avaliou.

O principal temor do empresariado é de que a Eletrobrás use seu poder econômico e político para oferecer uma concorrência imbatível em futuros leilões. O que inviabilizaria a participação do setor privado em novos negócios. “O aspecto mais preocupante é a possibilidade de a Eletrobrás passar a subsidiar ou aceitar tarifas mais baixas para garantir o aumento da capacidade instalada”, comentou o analista do Banco Brascan, Felipe Cunha.

Ele ressaltou, contudo, que a medida tem o lado positivo de permitir à Eletrobrás se envolver em grandes empreendimentos que não interessariam ao setor privado. As críticas sobre a MP, segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, também são relacionadas à forma como ela foi aprovada no Senado. A MP 396, aprovada nesta madrugada pelo Senado, tratava, originalmente, de certificados do Tesouro Nacional. “Faltou transparência. De repente, sem que a sociedade tomasse conhecimento, surgiu um outro artigo tratando de outro assunto, importante para o setor elétrico.”

Mesma opinião tem a economista Elena Landau. Segundo ela, uma medida desse grau de importância deveria ter passado por audiência pública e ter ampla discussão na sociedade. Além disso, é preciso saber qual a finalidade dessa lei, se estatizante ou apenas para complementar os investimentos no setor. O diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Adriano Pires, acredita que a lei é um instrumento que o governo criou para iniciar um processo de reestatização.

Segundo ele, a medida traz instabilidade regulatória para o setor, já que as estatais não têm o mesmo comprometimento em relação a taxas de retorno como o setor privado. “O temor é que haja condições desiguais na compra de ativos. A iniciativa privada gostava da participação minoritária das estatais nos projetos. Não sei se uma posição diferente atrairia as empresas.”